

## Das promessas às realizações: o que a Internet pode fazer pela democracia?

Francisco Paulo Jamil Almeida Marques\*

José EISENBERG e Marco CEPIK (organizadores). *Internet e Política - Teoria e Prática da Democracia Eletrônica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. 314 páginas.

Pode-se diagnosticar algo de inquietante durante a leitura de trabalhos ou no curso de uma investigação acerca dos fenômenos ligados à Internet. Já se falou que, metodologicamente, o estudioso enfrenta um ambiente de difícil apreensão, dada a fluidez e estado de mudança constante do meio digital. Aponta-se, ainda, não serem estas as únicas complicações. As redes telemáticas são suportes que dão vazão a iniciativas que não se deixam abarcar de modo totalizante, no sentido de dificilmente permitir generalizações com sobrevida longa. Em outras palavras, as análises com o intuito de conformar reflexões duradouras sobre o ambiente telemático constituem uma tarefa árdua e quase sempre de pouco sucesso.

Não se consegue responder, com clareza, se a Internet é o lugar do indivíduo ou das manifestações em escala coletiva; se permite que cada agente expresse o que tenha vontade ou se surge com o intuito de reforçar o consumismo e favorecer o oligopólio das empresas de *hardware*, *software* e conteúdo; se faz o comunismo voltar pelas mãos dos americanos (como propõe Barbrook, 2002) ou funciona como ferramenta dos fluxos de capital transnacional; se favorece o plano particular por oferecer visões autônomas, ou se põe em perigo este mesmo particular ao prejudicar a consolidação do que as ciências sociais chamam de “cimento”, isto é, do sentimento coletivo (já que, a cada um com acesso às redes telemáticas, é aberta a possibilidade de manter contato apenas com o que lhe convém); questiona-se, ainda, se, em termos de lógica, a Internet escapa aos meios de comunicação convencionais, estruturando costumes e modos de ser e estar inéditos, ou se apenas acelera, facilita, dinamiza as emissões massificadas. Seria um pouco disso tudo?

As incertezas apontadas reverberam de modo particular no campo político. A questão, neste caso, é saber tanto a importância das redes digitais para o fazer político quanto os empregos dados (de que forma, em que medida, por quais meios) a estes adventos tecnológicos por parte de agentes ligados institucionalmente à ou com interesse na *coisa pública*. A questão-chave sobre o tema já foi enunciada por Hague e Loader (1999): “há algo qualitativamente diferente em relação à democracia digital que dá a ela um novo *status* conceitual?”.

---

\* Mestre em comunicação e Cultura. Doutorando do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas -UFBA. (Jamil@ufba.br)

A coletânea *Internet e Política – Teoria e Prática da Democracia Eletrônica* reúne tentativas de diversos especialistas em responder a esta pergunta. Lançado em 2002, o livro em questão, originado a partir do congresso internacional *Internet, Democracy and Public Goods*, realizado no final de 2000, em Belo Horizonte, é um dos pioneiros sobre a temática no Brasil.

Os organizadores do livro, José Eisenberg, atualmente professor do IUPERJ, e Marco Cepik, da UFRGS, possuem estudos consolidados na área de Teoria Política Moderna (estudos do Poder Local) e na área de Serviços de Inteligência, respectivamente. Eisenberg e Cepik vêm se dedicando, nos últimos anos, a pensar, também, os modos de apreensão das tecnologias de comunicação e informação por parte das gestões públicas. *Internet e Política* constitui um fruto deste enfrentamento.

É possível indicar a leitura do livro a partir de duas perspectivas: há boas contribuições, direcionadas sobretudo a quem espera uma visão geral sobre o assunto, não obstante haver momentos nos quais é exigida uma iniciação em teoria política. Para quem já mantém contato com a bibliografia de democracia eletrônica, originária sobretudo de países anglófonos, e espera ver aprofundadas as temáticas às quais cada texto se propõe, o aproveitamento é apenas razoável.

A proposta de dividir os dez ensaios em três grandes questões parece coerente. Procede-se, assim, a uma breve análise de cada texto da coletânea. O primeiro tema, o impacto das novas tecnologias sobre as democracias contemporâneas, reúne os escritos de James Fishkin, Rousiley Maia e um último assinado por Anna Sampaio e Janni Aragon.

James Fishkin, professor da Universidade do Texas em Austin, monta um quadro comparativo interessante entre as diferentes modalidades de opinião pública apreendidas através da Internet. No texto *Possibilidades Democráticas Virtuais – Perspectivas da Democracia via Internet*, Fishkin parte das discussões filosófico-políticas travadas pelos federalistas e seus opositores, quando das convenções constitucionais norte-americanas ocorridas no século XVIII, para, em um segundo momento, avaliar os prós e contras de se adotar uma opinião bruta (colhida de todos os cidadãos) ou refinada (produzida pelos representantes políticos, capacitados para esta função) com fins de decisão política. A coleta desta opinião estaria facilitada, em termos técnicos, com o acesso aos terminais de computadores. A contribuição a se destacar conforma uma crítica ao uso de pesquisas de opinião por meio digital, sem maiores critérios de formulação ou representatividade, que vêm servindo como bastiões da “democracia *online*”. O final do texto é marcado pela proposta (pouco factível, do ponto de vista econômico, levando igualmente em consideração a disposição dos cidadãos) do “Dia da Deliberação”, um feriado específico onde os eleitores participariam de grupos de discussão com o intuito de se preparar para o pleito.

Rousiley Maia, professora de Teoria da Comunicação da UFMG, oferece, em *Redes Cívicas e Internet – Do ambiente informativo denso às condições da deliberação pública*, uma visão mais rigorosa sobre as condições da deliberação pública na e a partir da Internet. Ao procurar relativizar a influência das conquistas tecnológicas no aperfeiçoamento das instituições democráticas, Maia argumenta que o simples acesso ao computador conectado pouco se relaciona à formação discursiva da vontade por parte dos cidadãos, um fator inerentemente ligado à cultura política de cada sociedade. Os atores civis encontram, na Internet, um canal

complementar para buscar intervir nos processos institucionais, uma vez que sua participação enquanto ente decisório está prevista apenas em tempos eleitorais. Mesmo avaliando poucas situações e experiências práticas, seguramente este é um dos escritos de destaque da obra.

Anna Sampaio e Janni Aragon, professoras de Ciência Política da Universidade do Colorado (Denver) e da Califórnia (Riverside), respectivamente, contribuem para o livro com o ensaio *Feminismos Filtrados – Cibersexo, Comércio Eletrônico e a Construção do Corpo da Mulher no Ciberespaço*. Desde o início do texto, a idéia essencial é a de que a Internet pode atuar como uma fonte alternativa de organização, não apenas feminina, mas para os que são vítimas dos diversos tipos de discriminação. As autoras criticam os *softwares* de filtragem de acesso a conteúdos (pornográficos, por exemplo) porque eles acabam prejudicando iniciativas feministas (como orientações sexuais). Deve-se atentar para o fato de que a discussão realizada pouco adiciona a uma noção mais geral do que se entende por democracia eletrônica, tratando-se de um tema periférico e, em determinadas circunstâncias, deslocada da proposta do livro.

A segunda seção de *Internet e Política* tem como tema os exemplos práticos de aplicação das novas tecnologias às políticas públicas. Martin Ferguson, em *Estratégias de Governo Eletrônico – O Cenário Internacional em Movimento*, expõe, a partir de outras referências, uma compreensão do conceito de governo eletrônico e, posteriormente, as estratégias de emprego das TICs por parte das administrações públicas. O autor adere a uma perspectiva que tende a aproximar (mas não chega a igualar, o que seria perigoso) duas categorias, a saber, cidadãos e consumidores, no sentido de que aqueles passam a exigir serviços como se fossem clientes. A importância da Internet e das ferramentas digitais se encontra exatamente no fato de proporcionar uma interlocução maior ao representar “uma transformação fundamental no governo, numa escala nunca vista desde o início da era industrial” (pp. 104). A dúvida gerada é se, nesta e em outras passagens, não estaria caracterizado o que se vem chamando de “triumfalismo tecnológico” (Palacios, 2001). Embora seja exposto, em vários exemplos, que os portais dos governos são valiosos por facilitar o acesso à informação, reduzir custos operacionais ou mesmo aproximar cidadãos à máquina administrativa, não se percebe, neste trabalho, respostas convincentes a problemas como a exclusão digital (dificuldades dos cidadãos em relação ao acesso e ao uso do ambiente digital; ou críticas à atitude de alguns governos de tornar disponível alguns serviços apenas *online*) ou o possível monitoramento dos usuários. Deve-se atentar para o dado desatualizado de que o Brasil se encontra apenas no estágio inicial de desenvolvimento de seu governo eletrônico.

Klaus Frey, do Departamento de Administração da PUC-PR, nos convida a refletir sobre a influência das tecnologias digitais no espaço urbano. O texto *Governança Eletrônica - Experiências de cidades européias e algumas lições para países em desenvolvimento* diagnostica, de modo apressado, “a incapacidade das instituições políticas e administrativas em lidar com os novos desafios de políticas”. Tais instituições deveriam, com o objetivo de se aperfeiçoarem, empregar as novas tecnologias de comunicação como aliadas, estabelecendo modos de relacionamento mais interativos e abertos (dando vazão ao que o autor chama de governança). O *insight* oferecido pelo texto fica por conta da noção de que a Internet não demonstra tanta eficácia se não for adotada, com o mesmo entusiasmo, pelas instituições políticas. Apesar de, em certos momentos, Frey se interessar pela conformação de esferas públicas virtuais, não há maiores esclarecimentos em relação ao alcance e caracterizações desta categoria. O autor não demonstra preocupação em estudar as

particularidades que cercam a esfera pública, como, por exemplo, a qualidade dos discursos desenvolvidos nos fóruns *online* das municipalidades européias que estudou.

O trabalho de Leda Guidi, coordenadora do projeto *Iperbole*, da cidade de Bolonha, na Itália (um dos casos de sucesso mais citados, ressalte-se) dispõe uma leitura pouco distanciada de sua função oficial, apesar de importante pela iniciativa daquela municipalidade. A impressão passada por *Democracia eletrônica em Bolonha – A rede Iperbole e a Construção de uma comunidade participativa on-line* é a de que se depara com um relatório de atividades, sem o cuidado em esclarecer conceitos ou possíveis mal-entendidos que tenham permanecido no caminho do leitor (*vide* as passagens sobre “esfera pública virtual”, novamente). Afirma-se, por exemplo, que estão disponíveis, na representação virtual da cidade de Bolonha, os espaços para participação. Não são fornecidos maiores detalhes sobre os modos dessa participação. Estes dados seriam importantes para confrontar a constatação de Rousiley Maia, neste mesmo livro, de que o que ocorre, muitas vezes, não são “empecilhos à liberdade de expressão ou de comunicação” (53), mas, na verdade, uma forma de apatia política (não apenas *online*, mas também *offline*).

Uma outra dimensão da ciberdemocracia, o voto *online*, não poderia deixar de ser abordada. Em *A Moderna Revolução Democrática – Uma pesquisa objetiva sobre as eleições via Internet*, Derek Dictson e Dan Ray, que sustentam um site hospedado nos Estados Unidos sobre eleições ([www.securepoll.com](http://www.securepoll.com)), avaliam as vantagens e desvantagens em se adotar o procedimento eletrônico de sufrágio. Mesmo ao não tomar o cuidado de estabelecer diferenças entre o voto eletrônico (aquele realizado comumente através de urnas eletrônicas, em uso no Brasil) e voto *online* (também eletrônico, mas com o diferencial de ser realizado em máquinas conectadas à rede mundial de computadores, sejam particulares ou públicas), o estudo em pauta não se guia apenas por questões ligadas à parte técnica do item em questão (conveniência, barateamento de custos, segurança das informações), mas também analisa a qualidade que este tipo de voto implica: o sentimento ritual de coletividade, de agregação comunitária, seria prejudicado se cada um votasse a partir de suas casas, sem boca de urna ou manifestações populares antes e durante os dias das eleições? A reflexão a ser feita é de que o voto é a concretização de uma opinião que, idealmente, deve ser fruto de uma profusão de debates (de caráter público, por natureza). Determinados pontos abordados no ensaio são válidos para a realidade brasileira com reservas, visto que o voto no Brasil é obrigatório. Por último, os autores tecem uma consideração com ares conspiratórios, mas que nem por isso deve deixar de ser levada a sério: os impulsos ao voto eletrônico são basicamente provenientes de empresas, ou seja, para Dictson e Ray, nem sempre interesses comerciais e democráticos são convergentes.

A última seção do livro examina as potencialidades e limites da democracia digital tendo como referencial questões relativas à exclusão digital. Um dos renomados especialistas sobre *digital divide*, Anthony Wilhelm, escreve para o livro o texto *A Democracia Dividida – A Internet e a participação política nos Estados Unidos*. Seu objetivo principal é analisar a exclusão digital, sobretudo nos Estados Unidos, empregando como marco diferenciador a questão do voto *online*. Wilhelm faz um reconhecimento das várias faces que o significado de exclusão digital pode tomar, confrontando indicadores como qualidade dos equipamentos e do acesso à Internet, diferentes capacidades dos usuários em lidar com os conteúdos digitais e ainda sobre o acesso por usuários de classes econômicas e etnias diversas. Ao examinar projetos-piloto de eleições primárias no estado do Arizona (realizados a serviço do Partido Democrata), o autor constatou que hispânicos e indígenas, parte considerável da

população daquele Estado, praticamente não participaram do processo eleitoral *online*. Apesar de não ser único, este é um fator importante para se avaliar o gradiente de democracia (neste caso, não apenas a digital) que caracteriza determinada sociedade. As conclusões do ensaio não refletem as inúmeras referências às quais Wilhelm faz jus, merecendo pouco destaque e sem novidades.

A contribuição de Michel Elie, diretor do *Observatoire des Usages de l'Internet*, na França, cujo título é *Internet e Desenvolvimento – Um acesso à informação com mais equidade?*, vem reforçar a problematização do tema exclusão digital, sem grandes pretensões no que toca à revisão de literatura. Após um rápido histórico da tecnologia digital, Elie passa a avaliar os usos da Internet em países do primeiro mundo (dando ênfase ao domínio comercial e cultural exercido pelos Estados Unidos) em comparação às dificuldades enfrentadas por países onde a infra-estrutura (não apenas de acesso às redes) é precária, onde a educação deixa a desejar, reforçando, assim, a condição dos que Elie denomina como “info-pobres”.

De maneira semelhante ao trabalho anterior, este último ensaio não torna explícitos os motivos das promessas de democracia *online* estarem comprometidas se não houver um maior cuidado no trato com a exclusão digital. O dilema fundamental diz respeito ao seguinte questionamento: a partir do momento em que se pretende estabelecer, através do emprego da tecnologia digital, espaços de participação política, uma maior aproximação entre governo e esfera civil, articulações de movimentos sociais, dentre outras iniciativas, não seria contra-senso tal desejo aperfeiçoamento político se, ao mesmo tempo, nem todos têm os equipamentos e as capacidades suficientes para utilizá-los? As reflexões devem buscar responder a esta pergunta, mas sem esquecer das potencialidades ou do fato de que, pelo menos agora, tem-se um equipamento mais apto para promover fenômenos como interação e transparência governamental, mesmo que muitas das tentativas de democratização mediante o emprego das plataformas digitais de comunicação não funcionem perfeitamente, ou que nem todos os cidadãos queiram participar de modo espontâneo e cívico

Por último, *Internet e Política* traz um texto conjunto de seus dois organizadores, José Eisenberg e Marco Cepik. Em *Internet e as Instituições Políticas Semiperiféricas*, trata-se de investigar o “impacto” que as tecnologias de comunicação vêm gerando nos países da periferia do sistema capitalista. Os autores aceitam, sem criticar ou fundamentar historicamente, o conceito de “sociedade de informação”, admitindo como consequência “uma nova lógica para a produção dos produtos capitalistas” (294). Assim, à medida que estes avanços tecnológicos chegam aos países menos desenvolvidos, a própria compreensão de centro-periferia seria modificada, para estes especialistas. O ensaio tenta concretizar uma ponte entre fatores da economia informacional e os déficits das instituições políticas semi-periféricas, alertando para a carência de legitimidade geralmente presente em países cujas finanças estão comprometidas. Enfim, economia política aplicada aos novos *media*.

O livro tem seu valor, ainda que contenha defeitos e ausências. É perceptível a falta de uma maior problematização de temas como a própria teoria democrática (e as interpretações de cada uma de suas vertentes) à luz dos *media* digitais; não consta um levantamento histórico sobre as diferentes concepções de democracia a partir dos meios de comunicação (há contribuições sobre a noção de teledemocracia desde a década de 70), nem um reconhecimento do estado da arte acerca das imbricações mantidas entre meios de comunicação de massa convencionais e democracia (o que fustigaria a discussão sobre que novos ingredientes as redes telemáticas vêm adicionar ao cenário político contemporâneo). A

coletânea, entretanto, não tem a pretensão de dar conta de todas as classes de fenômenos que relacionam Internet e Política. Constitui-se mais um passo.

## Bibliografia

BARBROOK, Richard. Cyber-communism: how the Americans are superseding capitalism in cyberspace. In: *Science in Culture*, Vol. 9, No. 1, pp.5-40, 2000.

HAGUE, B. N.; LOADER, B. D. (org.) *Digital Democracy: Discourse and Decision Making in the Information Age*. London: Routledge, 1999.

PALACIOS, Marcos. *Cidades Digitais, Triunfalismo Tecnológico e Exclusão Digital*. In: Seminário Anual de Pesquisa da FACOM, 2001, Salvador.

---